

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO • APLICAÇÃO: 2021

TARDE

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

TCE RJ
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também seus dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2** Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4** Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5** Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

Informações adicionais: 0(XX) 61 3448-0100 | sac@cebraspe.org.br | www.cebraspe.org.br

 **Cebraspe**
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.
- A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A ideia de cultura foi cunhada e batizada no terceiro
quartel do século XVIII como termo sintético para designar a
administração do pensamento e do comportamento humanos.

4 A palavra “cultura” não nasceu como um termo descritivo, uma
forma reduzida para as já alcançadas, observadas e registradas
regras de conduta de toda uma população. Só cerca de um
7 século mais tarde, quando os gerentes da cultura olharam em
retrospecto para aquilo que tinham passado a ver como criação
sua e, seguindo o exemplo de Deus na criação do mundo, com
10 carga positiva, é que “cultura” passou a significar a forma
como um tipo regular e “normativamente regulado” de conduta
humana diferia de outro, sob outro gerenciamento. A ideia de
13 cultura nasceu com uma declaração de intenções.

O termo “cultura” entrou no vocabulário como o nome
de uma atividade intencional. No limiar da Era Moderna,
16 homens e mulheres, não mais aceitos como “um dado não
problematizado”, como elos preordenados na cadeia da criação
divina (“divina” como algo inegociável e com o qual não
19 devemos nos imiscuir), indispensáveis, ainda que sórdidos,
torpes e deixando muito a desejar, passaram a ser vistos ao
mesmo tempo como maleáveis e terrivelmente carentes de
ajustes e melhoras. O termo “cultura” foi concebido no interior
22 de uma família de conceitos que incluía expressões como
“cultivo”, “lavoura”, “criação” — todos significando
25 aperfeiçoamento, seja na prevenção de um prejuízo, seja na
interrupção e reversão da deterioração. O que o agricultor fazia
com a semente por meio de atenção cuidadosa, desde a
28 semeadura até a colheita, podia e devia ser feito com os
incipientes seres humanos pela educação e pelo treinamento.
As pessoas não nasciam, eram feitas. Precisavam tornar-se
31 humanas — e, nesse processo de se tornar humanas (uma
trajetória cheia de obstáculos e armadilhas que elas não seriam
capazes de evitar nem poderiam negociar, caso fossem
34 deixadas por sua própria conta), teriam de ser guiadas por
outros seres humanos, educados e treinados na arte de educar
e treinar seres humanos.

O termo “cultura” apareceu no vocabulário menos de
cem anos depois de outro conceito moderno crucial, o de
“gerenciar”, que significa, segundo o **Oxford English**
40 **Dictionary**: “forçar (pessoas, animais etc.) a se submeter ao
controle de alguém”, “exercer efeito sobre”, “ter sucesso em
realizar”. E mais de cem anos antes de outro sintético, de
43 “gerenciamento”, o de “obter sucesso ou sair-se bem”.
Gerenciar, em suma, significava conseguir que as coisas fossem
feitas de uma forma que as pessoas não fariam por conta
46 própria e sem ajuda. Significava redirecionar eventos segundo
motivos e desejo próprios. Em outras palavras, “gerenciar”
(controlar o fluxo de eventos) veio a significar a manipulação
49 de probabilidades: fazer a ocorrência de certas condutas
(iniciais ou reativas) de “pessoas, animais etc.” mais provável,
ou, de preferência, totalmente improvável a ocorrência de
52 outros movimentos. Em última instância, “gerenciar” significa
limitar a liberdade do gerenciado.

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto anterior,
julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com o texto, o conceito de gerenciar é mais antigo
que o termo cultura, que só apareceu no vocabulário quase um
século depois daquele.
- 2 Segundo o texto, a primeira acepção de cultura era relacionada
à noção de agricultura: o processo de tornar as pessoas
humanas por meio da educação e do treinamento é comparável
ao trabalho do agricultor.
- 3 O texto informa que o **Oxford English Dictionary** define o
termo cultura como ‘forçar (pessoas, animais etc.) a se
submeter ao controle de alguém’, ‘exercer efeito sobre’, ‘ter
sucesso em realizar’.
- 4 O verbo pronominal **imiscuir-se** está empregado, na linha 19,
com o mesmo sentido de **intrrometer-se**.
- 5 A ideia principal do texto consiste em mostrar a evolução da
noção de cultura até o surgimento de outra noção, que a
aperfeiçoa: a de gerenciamento.
- 6 Infere-se do segundo período do texto que, imediatamente após
o artigo “as”, no trecho “as já alcançadas” (l.5), está omitido
o termo **palavras**.
- 7 A supressão da vírgula empregada no trecho “homens e
mulheres, não mais aceitos como ‘um dado não
problematizado’” (l. 16 e 17) preservaria o sentido original do
texto.
- 8 Os adjetivos “maleáveis” e “carentes”, na linha 21, referem-se
a “homens e mulheres” (l.16).
- 9 O sujeito da oração “teriam de ser guiadas por outros seres
humanos” (l. 34 e 35) está oculto e se refere ao termo “As
pessoas” (l.30).
- 10 No trecho “podia e devia ser feito com os incipientes seres
humanos pela educação e pelo treinamento” (l. 28 e 29), os
termos “pela educação” e “pelo treinamento” exercem a função
de agente da passiva, veiculando o agente da ação expressa
pelo verbo **fazer**.

1 Só ao anoitecer Gregor acordou de um sono pesado,
parecido com um desmaio. Por certo, não teria acordado muito
mais tarde, mesmo que ninguém o perturbasse, pois se sentia
4 suficientemente descansado e refeito; no entanto, tinha a
impressão de que um passo furtivo e o ruído da porta do
corredor sendo fechada com cuidado o haviam despertado.
7 Aqui e ali, a luz dos postes elétricos da rua projetava pálidas
manchas no teto e no alto dos móveis, mas embaixo, onde ele
se achava, reinava a escuridão. Tateando desajeitadamente com
10 as antenas que só agora ia aprendendo a valorizar, arrastou-se
até a porta para ver o que havia acontecido por ali. Seu lado
esquerdo parecia uma única longa cicatriz que lhe dava
13 desagradáveis repuxões e o fazia coxear com suas duas fileiras
de patas. De resto, uma patinha ficou gravemente ferida
durante os incidentes da manhã — era quase um milagre que só
16 uma tivesse se machucado — e se deixava arrastar sem vida.
Só ao se aproximar da porta foi que Gregor percebeu o que o
atraíra afinal: o cheiro da comida. É que lá havia uma tigela
19 cheia de leite açucarado em que nadavam pedacinhos de pão.
Ele quase chorou de alegria, pois estava muito mais faminto do
que de manhã, e se apressou a mergulhar a cabeça quase até os
22 olhos. Mas logo a retirou, desiludido; não só porque comer lhe
era difícil por causa do flanco esquerdo — não conseguia
fazê-lo sem a cooperação do corpo ofegante — como porque,
25 ainda por cima, já não gostava de leite, até então sua bebida
preferida, com certeza o motivo pelo qual a irmã o havia
deixado ali para ele, e foi quase com repugnância que se
28 afastou da tigela e voltou capengando para o centro do quarto.

Franz Kafka. *A metamorfose*. Luiz A. de Araújo (Trad.). Barueri: Principios, 2018.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 11 As formas pronominais “o” e “se”, na linha 3, referem-se a “Gregor” (l.1).
- 12 O termo “a luz dos postes elétricos da rua” (l.7) exerce a função de sujeito da forma verbal “projetava” (l.7), além de ser o referente do sujeito da forma verbal “reinava” (l.9), que está elíptico.
- 13 O emprego de acento agudo nas palavras “elétricos” (l.7), “pálidas” (l.7) e “móveis” (l.8) justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.
- 14 Em “fazê-lo” (l.24), a forma pronominal retoma a noção veiculada pelo verbo “comer” (l.22).
- 15 Sem prejuízo do sentido original do texto, a expressão “mesmo que” (l.3) poderia ser substituída por **entretanto**.
- 16 No trecho “arrastou-se até a porta para ver o que havia acontecido por ali” (l. 10 e 11), a substituição da forma verbal “havia” por **teria** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas poderia alterar o seu sentido original.

1 D. Amélia conformava-se com as impertinências do
marido. Cada vez mais sentia ela que a doença do seu Lula
morreria com ele. Não lutou mais, não sofreu mais. Era tudo
4 como Deus quisesse. A vida que tinha que viver seria aquela,
sem outro remédio que vivê-la. Tinha pena da filha, mas ao
mesmo tempo para que lhe desejasse casamento que fosse como
7 o seu? Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la,
arrancar-lhe a paz de espírito? Via Neném no seu jardim, nos
seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la
10 casada. Iam comendo com o pouco que faziam. É verdade que
cada ano que se passava mais o Santa Fé minguava, menos
fazia. O feitor que Lula botara para ver tudo não era homem de
13 tino, era para ser mandado. E quem mandaria nele? As coisas
caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo.
Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens,
16 mas não queria irritar o marido, era homem que não podia
se contrariar.

José Lins do Rego. *Fogo morto*. 47.ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 164.

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 17 No trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8), D. Amélia interpela o leitor do texto.
- 18 A correção gramatical do trecho “Para que ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito?” (l. 7 e 8) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte maneira: **Ligar-se a um homem que viesse magoá-la, arrancar-lhe a paz de espírito para que?**
- 19 Em “ligar-se” (l.7), “magoá-la” (l.7) e “arrancar-lhe” (l.8), as formas verbais estão no modo infinitivo.
- 20 As emoções de D. Amélia expressas no texto demonstram resignação dessa personagem.
- 21 No trecho “As coisas caminhavam como água de rio, com a correnteza levando tudo” (l. 13 e 14), o narrador caracteriza o ritmo dos acontecimentos por meio de elementos da natureza que evocam a situação descrita.
- 22 As orações do período “Não lutou mais, não sofreu mais” (l.3) estabelecem, entre si, relação lógica de oposição.
- 23 No trecho “Via Neném no seu jardim, nos seus silêncios, na sua paz e não se queixava de não vê-la casada” (l. 8 a 10), as vírgulas foram empregadas para marcar a intercalação do segmento “nos seus silêncios”.
- 24 A correção gramatical do trecho “Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dar ordens” (l.15) seria mantida caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **Tinha às vezes vontade de chamar o feitor e dá-lo ordens.**

1 O fenômeno conhecido como judicialização da saúde
 é multifacetado. Por um lado, as ações judiciais comprometem
 uma parcela significativa do orçamento para atender demandas
 4 específicas de alguns pacientes; por outro, podem significar o
 único caminho para salvar ou prolongar a vida de pacientes,
 especialmente de pessoas com doenças raras ou crônicas, como
 7 diabetes e câncer, que dependem de medicamentos de alto
 custo. Há também o uso desse recurso extremo para
 medicamentos equivalentes aos disponíveis no sistema público
 10 de saúde e, até mesmo, para a compra de produtos como
 fraldas ou água de coco — sempre com receita médica.

A preocupação com o impacto da judicialização nos
 13 municípios é justificável. Há casos em que uma única ação
 pode comprometer todo o orçamento da saúde de uma cidade
 de pequeno porte. Algumas iniciativas buscam contornar esse
 16 obstáculo por meio de arranjos institucionais. Um dos
 exemplos mais lembrados é o de Santa Catarina. Em 1997,
 25 municípios do entorno da cidade de Lages,
 19 a 200 quilômetros de Florianópolis, uniram-se para encontrar
 melhores formas de administrar os recursos para a saúde,
 frequentemente afetados pela judicialização. Os prefeitos e
 22 gestores dos municípios perceberam que, isoladamente, era
 mais complicado enfrentar as decisões judiciais. Por meio do
 consórcio intermunicipal, criou-se um padrão comum de
 25 atuação, que evitou sobreposições de pedidos e racionalizou
 gastos e investimentos.

Bruno De Pierro. Demandas crescentes. In: Revista
 Pesquisa FAPESP, 18 (252), fev. 2017, p. 18-22 (com adaptações).

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do
 texto precedente, julgue os itens que se seguem.

- 25 O texto pode ser enquadrado no tipo dissertativo, haja vista a
 exposição de diferentes facetas de um fenômeno que se
 manifesta na atualidade, pela apresentação objetiva dos fatos
 que as caracterizam.
- 26 De acordo com o texto, o fenômeno da judicialização da saúde
 manifesta-se no contexto de um dilema, em que se confrontam
 os direitos da coletividade, por um lado, e os direitos dos
 indivíduos, por outro.
- 27 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o termo
 “criou-se” (ℓ.24) poderia ser substituído pela locução
foi criado.
- 28 O texto defende o direito da população com doenças raras ou
 crônicas ao acesso a medicamentos de alto custo no contexto
 da crise provocada pela falta de recursos orçamentários para
 atender as demandas da saúde pública nos municípios
 brasileiros.
- 29 No trecho “a 200 quilômetros de Florianópolis” (ℓ.19), seria
 obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo
 “a” caso fosse inserida a expressão **cerca de** imediatamente
 antes do numeral “200” — **à cerca de 200 quilômetros de
 Florianópolis**.
- 30 Do período “Um dos exemplos mais lembrados é o de Santa
 Catarina” (ℓ. 16 e 17) infere-se a referência à palavra **exemplo**
 no segmento “o de Santa Catarina”.
- 31 No trecho “A preocupação com o impacto da judicialização
 nos municípios é justificável” (ℓ. 12 e 13), o adjetivo
 “justificável” tem o mesmo sentido da expressão **passível de
 justificativa**.

Acerca da gestão do Estado, julgue os itens a seguir.

- 32 As técnicas de gestão organizacional contemporâneas são
 aplicáveis a organizações públicas e privadas, de forma
 indistinta.
- 33 A gestão do Estado moderno prevê foco no cidadão, o que
 significa oferecer transparência e sistemas personalizados.
- 34 No modelo burocrático, os cargos públicos não são
 profissionalizados e as esferas econômica e política se
 apresentam unificadas.

A respeito da trajetória da administração pública brasileira, julgue
 os itens que se seguem.

- 35 Atualmente, no Brasil, a forma de Estado é unitária, a forma de
 governo é republicana e o regime é presidencialista.
- 36 No Brasil, a nova administração pública iniciou-se com a
 proposta de redução do tamanho do Estado e migrou para a
 proposta de reforma das instituições.
- 37 Entre meados do século XIX até 1930, período antecedente ao
 governo de Getúlio Vargas, a administração pública brasileira
 apresentava-se notoriamente patrimonialista, com Estado
 oligárquico e uma sociedade mercantil e senhoria.
- 38 Em 1992, lançou-se no Brasil a promoção do
 empreendedorismo governamental, que previa a atuação
 empresarial do Estado como estratégia para auferir lucros e
 aumentar o patrimônio do Tesouro Nacional.

Com relação a governança, governabilidade e *accountability*, julgue
 os itens subsecutivos.

- 39 O controle da atividade dos políticos e dos governos exercida
 pelos cidadãos por meio de voto constitui um mecanismo de
accountability horizontal.
- 40 São indicadores da governança pública preconizados pelo
 Banco Mundial a responsabilização, a estabilidade política, a
 ausência de violência e a qualidade do marco regulatório.
- 41 *Accountability* refere-se aos mecanismos disponíveis para a
 prestação de contas das ações realizadas em nome de políticas
 públicas.
- 42 Governabilidade refere-se tanto à gestão de instituições
 governamentais quanto a mecanismos formais não
 governamentais e seus efeitos sobre a conduta das pessoas.
- 43 O acesso a informação governamental pelos cidadãos é uma
 estratégia de promoção da transparência pública.

No que se refere a *compliance* e à composição do conselho de
 administração e da diretoria de empresas estatais, julgue os itens
 subseqüentes.

- 44 É vedada a indicação de dirigente estatutário de partido
 político para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.
- 45 Ainda que licenciado do cargo, titular de mandato no Poder
 Legislativo não pode ser indicado para atuar no conselho de
 administração ou na diretoria de estatais.
- 46 É permitido que pessoa que tenha participado, nos últimos
 vinte e quatro meses, da estrutura decisória de partido político
 seja indicada para atuar no conselho de administração ou na
 diretoria de uma estatal.

A respeito de auditoria governamental, julgue os itens a seguir.

- 47 Os controles internos administrativos implementados em uma organização devem prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão.
- 48 A contribuição da auditoria operacional limita-se ao aperfeiçoamento da transparência, economicidade e eficiência dos processos.
- 49 A auditoria de conformidade envolve exclusivamente a parte responsável pela gestão dos recursos públicos, os analistas de controle externo e o auditor chefe do tribunal de contas.

Acerca do plano de auditoria baseado em risco, julgue os itens subsecutivos.

- 50 A estratégia de auditoria descreve o que fazer, e o plano de auditoria, como fazê-lo.
- 51 O auditor deve montar a documentação em arquivo e completar o processo antes da data do relatório da auditoria.
- 52 Há risco de controle quando não se consegue evitar ou detectar erro ou fraude em um processo, mesmo que este tenha sido submetido a um efetivo controle interno.

Com relação aos relatórios de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 53 Caso tenha dúvida quanto à continuidade operacional da empresa, o auditor deve incluí-la, em seu relatório, no parágrafo de opinião com ressalva.
- 54 Efeitos generalizados sobre demonstrações contábeis são aqueles que não se restringem a elementos, contas ou itens específicos das demonstrações.
- 55 O auditor deve modificar a opinião em seu relatório se não conseguir obter evidência apropriada e suficiente para concluir, por exemplo, que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não apresentam distorções relevantes.

Julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

- 56 Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- 57 Para ser nomeado conselheiro do TCE/RJ, é necessário ser brasileiro nato e satisfazer os seguintes requisitos: ter idade entre trinta e cinco e setenta e cinco anos; possuir notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública; e ter cumprido mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos ora mencionados.
- 58 Qualquer cidadão, associação, constituída há mais de um ano, ou sindicato, partido político, desde que este tenha assento na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCE/RJ.

Acerca dos atos sujeitos a registro, julgue os itens seguintes.

- 59 O STF determina que não é preciso assegurar o contraditório e a ampla defesa nos processos que visam a apreciação da legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- 60 De acordo com o STF, a concessão de aposentadoria ou pensão constitui ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa após o julgamento de sua legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

A respeito da adoção de medidas cautelares pelos tribunais de contas, julgue o item que se segue.

- 61 De acordo com o entendimento do STF, a teoria dos poderes implícitos permite aos tribunais de contas adotarem medidas cautelares.

Julgue os itens subsecutivos, acerca de julgamento de contas pelo TCE/RJ.

- 62 Consoante previsto na Lei Orgânica do TCE/RJ, as decisões em processos de tomada ou prestação de contas podem ser preliminares, definitivas ou terminativas.
- 63 As comunicações processuais do TCE/RJ poderão ser feitas mediante ciência pessoal do responsável ou do interessado, pelo correio, mediante carta registrada, com aviso de recebimento, e por edital publicado no Diário Oficial do estado, quando o destinatário não for localizado.
- 64 Consoante entendimento do STF, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas câmaras municipais, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

Com relação às fiscalizações realizadas pelo TCE/RJ, julgue os seguintes itens.

- 65 No exercício da fiscalização, se configurada a ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, o TCE/RJ ordenará, desde logo, a citação do responsável, para que ele, no prazo de quinze dias, apresente defesa ou recolha a quantia devida.
- 66 O TCE/RJ executará auditoria operacional quando o objetivo for examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Acerca de ato administrativo, de agentes públicos, de poderes da administração pública e de regime jurídico administrativo, julgue os itens a seguir.

- 67 **Situação hipotética:** Determinado órgão publicou a Portaria A, para tratar de certo tema. Em seguida, publicou a Portaria B, sobre o mesmo assunto da Portaria A, revogando esta expressamente. Posteriormente, editou a Portaria C, que revogou expressamente a Portaria B, sem tratar de qualquer tema. **Assertiva:** Nessa situação hipotética, a revogação da Portaria B pela Portaria C caracteriza a revogação da revogação, mas não reativa a vigência da Portaria A.
- 68 No âmbito da administração pública, é possível a existência de servidores com efetividade e sem estabilidade, bem como de servidores com estabilidade e sem efetividade.
- 69 O poder de polícia administrativa é indelegável a particulares e entre órgãos.
- 70 A prescrição e a decadência administrativas conferem destaque ao princípio constitucional da segurança jurídica, expresso com relação à administração pública.

No que se refere a serviços públicos, organizações sociais, sociedade civil de interesse público e controle da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 71 A essencialidade de certos serviços públicos é prevista tanto na Constituição Federal de 1988 quanto em leis ordinárias.
- 72 Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.
- 73 A representação e a reclamação administrativas, bem como o pedido de reconsideração de recursos administrativos, são meios que possibilitam à administração pública exercer o controle de seus atos.
- 74 Ato administrativo discricionário publicado pelo Poder Executivo de um estado poderá ser objeto de ação judicial, sendo vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos da elaboração desse ato.

No que diz respeito a processo administrativo e a licitações e contratos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 75 No decurso de um processo administrativo, eventual recurso interposto perante órgão incompetente não será conhecido, mas, nesse caso, o processo deverá ser remetido ao órgão ou à autoridade competente.
- 76 **Situação hipotética:** Um órgão administrativo celebrou contrato administrativo com sociedade empresária para determinada prestação de serviço. **Assertiva:** Nessa situação, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela administração pública, sendo vedada a contratação de terceiros para participar dessa atividade, ainda que de maneira subsidiária.
- 77 A fase externa da licitação na modalidade pregão é iniciada com a convocação dos interessados.

Com relação aos direitos fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 78 A segurança pública é um direito fundamental social.
- 79 O direito fundamental de acesso a informação assegura acesso a informações públicas e privadas.
- 80 O direito fundamental à vida é hierarquicamente superior aos demais direitos fundamentais.
- 81 O direito de liberdade de associação protege entidades que defendam mudanças legislativas e constitucionais.
- 82 Os direitos fundamentais derivam da garantia de igualdade e liberdade.

Com base na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os seguintes itens.

- 83 Em razão do princípio federativo, as Constituições dos estados não se submetem às normas da CF.
- 84 A CF autoriza a propositura de emendas constitucionais por iniciativa popular.
- 85 Partidos políticos têm legitimidade para denunciar ao Tribunal de Contas da União irregularidades na aplicação de recursos públicos.
- 86 O preâmbulo da CF tem força normativa assim como as demais disposições constitucionais.
- 87 Não há representantes da justiça eleitoral nem da justiça militar no plenário do Conselho Nacional de Justiça.
- 88 Intervenção federal só pode realizar-se em estados e no Distrito Federal.

Com relação a dado, informação, conhecimento e inteligência, julgue os itens que se seguem.

- 89 A filosofia do uso de dados abertos orienta que os dados sejam reutilizados amplamente, no entanto não é permitida a combinação de um *data set* aberto com conjuntos de dados não abertos.
- 90 O portal brasileiro de dados abertos (www.dados.gov.br) disponibiliza diversos conjuntos de dados em formatos PDF, CSV, HTML e JSON.
- 91 Dublin Core é um esquema de metadados que auxilia na descrição de objetos digitais por meio da definição de diversos elementos de metadados, entre os quais se incluem título, autor, assunto, formato e fonte.
- 92 Os metadados sintáticos, estruturais e semânticos descrevem, respectivamente, a sintaxe, a estrutura e o conteúdo dos dados.
- 93 Um dado que está inserido em um contexto pode ser denominado de informação.

A respeito de bancos de dados relacionais e de modelagem dimensional, julgue os itens subsequentes.

- 94 No modelo relacional de bancos de dados, os elementos ficam armazenados em tabelas bidimensionais simples, contendo linhas (registros) e colunas (campos), e os elementos de um arquivo do banco podem relacionar-se com diversos elementos de outros arquivos.
- 95 As limitações dos bancos de dados relacionais que utilizam modelo entidade-relacionamento podem ser superadas por meio do uso de ferramentas OLAP (*online analytical processing*).
- 96 ETL (*extract transform load*) é uma ferramenta utilizada para extrair informações e realizar análise multidimensional no *data warehouse*.
- 97 Nas operações do OLAP, o *drill-down* aumenta o nível de detalhamento, ao passo que o *drill-up* diminui o nível de granularidade das dimensões em um *data warehouse*.
- 98 A construção de um *data mart* antecede a criação de um *data warehouse*.
- 99 O *data warehouse* empresarial, ou EDW (*enterprise data warehouse*), é uma das aplicações do *data warehouse* que permite a integração em larga escala de dados oriundos de diversas fontes em formato padronizado, para subsidiar a inteligência de negócios.
- 100 Enquanto os depósitos de dados e seus subconjuntos *data marts* são bancos estáticos, ou seja, não mais sofrem mudanças depois de agrupados, formatados e armazenados seus dados em um repositório, os bancos de dados típicos mudam constantemente, sendo dinâmicos por natureza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à organização administrativa, ao processo administrativo, ao estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias e à Lei de Acesso a Informação, julgue os itens a seguir.

- 101** Se organização da sociedade civil firmar alguma parceria com a administração pública, celebrando o respectivo termo de fomento, ambas deverão divulgar a parceria na Internet, devendo a primeira dar essa publicidade em locais visíveis de suas sedes sociais.
- 102** Se uma sociedade de economia mista realizar processo licitatório para contratação de serviço, seus empregados estarão impedidos de participar da licitação.
- 103** Se uma sociedade de economia mista detiver, em seus arquivos, documento com dados de uma pessoa, referentes a sua intimidade e a sua vida privada, o acesso a esses dados será restrito, no prazo previsto em lei, se houver correspondente classificação de sigilo.
- 104 Situação hipotética:** Uma sociedade empresária participou de processo licitatório de determinado órgão e fraudou, mediante ajuste, o seu caráter competitivo. **Assertiva:** Nessa situação, haverá responsabilização da mencionada sociedade e de seus administradores, individualmente.
- 105** Um órgão administrativo pode delegar parte de sua competência a outro, com exceção das matérias que sejam de sua competência exclusiva.

No que se refere a licitações e contratos, julgue os itens seguintes.

- 106 Situação hipotética:** Uma Secretaria de Estado do Rio de Janeiro contratou determinada sociedade empresária para realização de obra no prédio que ocupa. Entretanto, após alguns meses, a Secretaria contratante suprimiu parte da obra e modificou o valor inicial do contrato. **Assertiva:** Nessa situação, as alterações da obra e do contrato são motivos que possibilitam a rescisão do contrato, a depender do valor da supressão.
- 107** Se uma Secretaria de Estado do Rio de Janeiro realizar processo licitatório para aquisição de bens e serviços comuns, na modalidade pregão, a ela será vedado exigir garantia de proposta dos licitantes.
- 108** A licitação para registro de preços somente pode ser realizada nas modalidades de pregão ou de concorrência, devendo esta ser do tipo menor preço, e ambas serem precedidas de ampla pesquisa de mercado.
- 109** Independentemente do regime que vier a ser adotado, obras e serviços de engenharia cuja concretização utilize o regime diferenciado de contratação não poderão ser realizados sem projeto executivo.

Acerca do controle da administração pública e a intervenção do Estado na propriedade, julgue os itens que se seguem.

- 110** Servidor público que dispensar indevidamente processo licitatório estará sujeito a responder por improbidade administrativa, somente se a conduta tiver sido dolosa.
- 111** O controle legislativo político da administração pública direta e indireta ocorre quando ela é submetida à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à sua legalidade, economicidade e legitimidade.
- 112 Situação hipotética:** Dois bens foram desapropriados no Rio de Janeiro: um deles foi doado a um particular, não tendo sido empregado na finalidade pública que fundamentou a desapropriação; ao outro foi dada destinação pública diversa da especificada inicialmente. **Assertiva:** Nessa situação, deverá ocorrer a retrocessão dos dois bens desapropriados anteriormente.

Com relação aos poderes da República, julgue os itens a seguir.

- 113** Compete ao STJ julgar os membros dos tribunais de contas estaduais que tenham cometido crime de responsabilidade.
- 114** O Conselho Nacional de Justiça substitui o Tribunal de Contas da União no que tange à supervisão orçamentária dos atos dos tribunais federais.
- 115** Os tribunais de contas estaduais gozam dos poderes de autogoverno e autonomia, todavia isso não inclui iniciativa privativa para propor leis relativas a sua organização e seu funcionamento.
- 116** Conforme jurisprudência do STF, procuradores de justiça estaduais podem atuar junto aos tribunais de contas estaduais em substituição a membros do Ministério Público de Contas.
- 117** As constituições dos estados não podem estender aos governadores a prerrogativa do presidente da República quanto à impossibilidade de prisão, em crimes comuns, até sentença condenatória transitada em julgado.
- 118** O poder legiferante do Senado Federal engloba qualquer questão pública, mesmo sendo tal órgão a casa de representação dos estados no arranjo constitucional.

Acerca de Constituição, poder constituinte e princípios fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 119** A supremacia constitucional é garantida pela rigidez das normas constitucionais e pelo controle de constitucionalidade.
- 120** A mutação constitucional corresponde ao processo formal de modificação do texto constitucional.
- 121** Contemporaneamente, entende-se que o exercício de interpretação constitucional não é equivalente à busca da vontade original dos constituintes.
- 122** Nos termos da jurisprudência do STF, é admissível o fenômeno da constitucionalidade superveniente.
- 123** O princípio da proporcionalidade pode ser aplicado como vedação da proteção deficiente do Estado.
- 124** Democracia e soberania popular são princípios que preservam o sistema jurídico contra atos autoritários.

Conforme as disposições legais sobre vigência e aplicação das leis, prescrição, pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 125** De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, além de situações de expressa revogação, nova lei implica a revogação de legislação anterior que regulasse inteiramente a mesma matéria ou, ainda, que estabelecesse regras gerais sobre o mesmo assunto.
- 126** Segundo o Código Civil em vigor, a alteração da finalidade original da atividade econômica específica de pessoa jurídica é, por si só, indicativo de desvio de finalidade para efeito de desconsideração da personalidade jurídica.
- 127** Em caso de desaparecimento do corpo de pessoa vitimada em grave acidente aéreo, depois de esgotadas as buscas e averiguações, a declaração de óbito independe de decretação judicial de ausência.
- 128** Conforme reiterado entendimento do STJ, a pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais causados por particular que lhe tenha violado a imagem.
- 129** No caso de ação de indenização civil em que a demanda civil se baseie em fato que esteja em apuração no juízo criminal, o prazo prescricional da ação de indenização não transcorrerá enquanto não for prolatada a sentença penal definitiva.

No que concerne a obrigações civis, contratos e prova do fato jurídico, julgue os itens que se seguem.

- 130** Por constituir forma de pagamento indireto, a novação deve, impreterivelmente, ser declarada de forma expressa, não admitindo modalidade tácita.
- 131** No regime jurídico concebido pelo Código Civil, a resolução contratual pela onerosidade excessiva depende da demonstração da superveniência de fato imprevisível, ou seja, aquele impossível de ser antevisto pelas partes.
- 132** Em contrato de compra e venda de bem móvel com pagamento antecipado do preço, caso o objeto se perca antes da tradição, sem culpa do devedor, a obrigação ficará resolvida para ambas as partes.
- 133** Conforme regra geral prevista na lei civil vigente sobre a prova dos atos jurídicos, a validade do instrumento particular para demonstrar a existência de obrigação convencional depende da subscrição de, pelo menos, duas testemunhas.

De acordo com a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, julgue os itens subsequentes.

- 134** Ação de responsabilidade civil decorrente de inadimplemento contratual ou extracontratual sujeita-se, em regra, ao prazo prescricional trienal.
- 135** Na hipótese de condenação judicial em ação de danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratual, a contagem dos juros da mora se inicia da data do evento danoso.
- 136** Em hipótese de descumprimento do prazo de entrega do imóvel pelo promitente vendedor, a cláusula penal moratória fixada em valor razoável é, em regra, inacumulável com indenização pelos lucros cessantes decorrentes da não fruição do bem.

À luz das regras do direito processual civil acerca dos atos processuais, dos elementos da ação, da intervenção de terceiros e do procedimento comum, julgue os itens a seguir.

- 137** Em instância extraordinária, o tribunal deve julgar como extemporâneo o recurso interposto pela parte antes de ser intimado da decisão impugnada.
- 138** O ordenamento processual civil brasileiro adota, quanto à causa de pedir, a teoria da substanciação, portanto, ainda que o autor indique as consequências jurídicas que pretende extrair dos fatos descritos em sua petição inicial, o juiz não está vinculado à pretensão autoral referente a essas consequências.
- 139** O Código de Processo Civil estabelece previsão de negócio processual típico sobre o ônus da prova, o qual poderá ser realizado pelas partes antes ou durante o processo judicial.
- 140** O assistente litisconsorcial é aquele que possui interesse jurídico em ingressar no feito, enquanto o interesse que legitima a participação do assistente simples é meramente econômico.
- 141** A alegação de ilegitimidade passiva deduzida pelo réu em sua contestação possibilita que o autor realize, no prazo legal e após manifestação do juiz, a alteração da petição inicial para substituição do polo passivo.

De acordo com a jurisprudência do STJ sobre a atuação dos sujeitos do processo civil, as normas processuais civis, os processos nos tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais, julgue os itens que se seguem.

- 142** No processo de execução, assim como nas fases de liquidação e de cumprimento de sentença, vigora regime processual que possibilita a ampla recorribilidade das decisões interlocutórias, por meio de agravo de instrumento.
- 143** O exame originário de incidente de resolução de demandas repetitivas compete exclusivamente a tribunal de justiça ou a tribunal regional, sendo inviável, em qualquer hipótese, a instauração do incidente, de forma direta, no STJ.
- 144** A lei aplicável para a fixação do regime jurídico referente a verba honorária de sucumbência em primeiro grau é aquela vigente na data da sentença que impõe honorários sucumbenciais, sendo irrelevante, para essa finalidade, a identificação de eventual norma que vigorasse na data do ajuizamento da ação.
- 145** Tribunal de contas possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda movida por seus servidores que pleiteiem reajustamento salarial.

Julgue os itens subsequentes, acerca de ação civil pública, ação de improbidade administrativa e mandado de segurança.

- 146** Todas as entidades públicas e privadas com legitimidade para a propositura de ação civil pública poderão tomar, dos responsáveis por lesão a direito coletivo, compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, caso em que o respectivo termo, devidamente assinado pelas partes, terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- 147** De acordo com a jurisprudência do STJ, constatado ato de improbidade que cause lesão ao patrimônio público ou enseje enriquecimento ilícito, a decretação da indisponibilidade de bens em ação de improbidade administrativa prescinde da demonstração de que o réu esteja dilapidando o seu patrimônio ou que esteja na iminência de fazê-lo.
- 148 Situação hipotética:** Um servidor público do estado do Rio de Janeiro impetrou mandado de segurança com a finalidade de impugnar regra presente em portaria da administração pública estadual que, segundo alegado, havia ferido direito adquirido do servidor. Após o despacho de recebimento da petição inicial, outro servidor, pertencente à mesma carreira do impetrante, requereu ingresso no processo como litisconsorte ativo, fundamentando seu requerimento em afinidade de questão por ponto comum de direito. **Assertiva:** De acordo com a legislação que trata do procedimento aplicável a essa hipótese, o magistrado deve deferir o requerimento de ingresso do litisconsorte ativo superveniente.

De acordo com as regras estabelecidas na Lei Orgânica do TCE/RJ e no Regimento Interno do TCE/RJ, julgue os próximos itens, acerca dos processos submetidos a esse tribunal de contas.

- 149** A parte interessada poderá utilizar recurso de revisão, com efeito suspensivo, para requerer a reforma de parecer prévio emitido sobre as contas anuais prestadas por prefeito municipal.
- 150** O Regimento Interno do TCE/RJ autoriza a sustentação oral em recurso de agravo interposto com a finalidade de impugnar decisão monocrática que verse sobre tutela provisória.
- 151** Em julgamento ocorrido em sessão do plenário virtual, a ausência de manifestação, no prazo regimental, do conselheiro titular ou do conselheiro substituto em substituição implicará adesão integral ao voto apresentado pelo relator, excepcionadas as hipóteses de não votação por impedimento ou suspeição, bem como de licença ou afastamento que perdure por todos os dias da votação.
- 152** No processo de prestação ou tomada de contas, por intermédio de decisão provisória, as contas deverão ser consideradas ilíquidas se for demonstrado que caso fortuito ou de força maior alheio à vontade do responsável tenham tornado materialmente impossível o julgamento de mérito das referidas contas.

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

- 153** O direito financeiro compreende a despesa, a dívida e o orçamento públicos, mas não a receita pública, que é objeto do direito tributário.
- 154** Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.
- 155** Caso o Poder Executivo estadual discorde de proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que obedece aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.
- 156** Na classificação da despesa quanto à categoria econômica, a aquisição de um equipamento é considerada despesa de capital, enquanto a manutenção desse mesmo equipamento é enquadrada como despesa corrente.
- 157** A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento em caráter não concorrencial no estado do Rio de Janeiro, é submetida ao regime de precatórios.

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

- 158** O ingresso de uma caução recebida pelo poder público como garantia a uma obrigação contratual deve ser contabilizado como receita orçamentária.
- 159** A dívida pública consolidada ou fundada inclui as operações em que o Estado contraia um empréstimo para a construção de uma obra e contrate um particular para a execução dessa mesma obra, desde que ambas as operações tenham amortização em prazo superior a doze meses.
- 160** Pela aplicação do princípio da unidade de tesouraria, é vedado o depósito de salário ou de remuneração de servidor público em instituição financeira privada.
- 161** Em razão do princípio da autonomia, as universidades públicas não estão submetidas às normas orçamentárias previstas na Constituição Federal de 1988.
- 162** A lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.
- 163** A Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do poder público em geral, foi recepcionada com status de lei complementar pela Constituição Federal de 1988.

Com base na Lei Complementar n.º 159/2017, que versa sobre o regime de recuperação fiscal, julgue o item a seguir.

164 O plano de recuperação fiscal da unidade federativa que desejar aderir ao referido regime deverá ser aprovado por decreto expedido pelo respectivo governador.

Maurício recebeu em sua residência o carnê do IPVA do exercício de 2015, em 5 de janeiro daquele ano. A notificação foi acompanhada de opção de pagamento à vista, com vencimento em 26 de janeiro de 2015. Caso Maurício não realizasse o pagamento nesta data, seria automaticamente incluído na opção de parcelamento, com vencimento da primeira parcela em 26 de fevereiro de 2015 e das demais no mesmo dia dos cinco meses subsequentes, independentemente de sua anuência. Maurício não realizou o pagamento à vista nem o parcelado. Ao tentar vender seu veículo em 2020, identificou o débito e pagou as parcelas vencidas do IPVA de 2015, acrescidas de juros e multa, em 17 de fevereiro de 2020.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

165 O pagamento foi devido, pois o parcelamento de ofício é meio apto a interromper e suspender o curso da prescrição do crédito tributário.

166 O envio do carnê de IPVA com instruções para efetivação do pagamento consiste em lançamento de ofício e constitui o crédito tributário.

167 No caso apresentado, o prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário iniciou-se em 6 de janeiro de 2015.

168 São devidos ao município de domicílio de Maurício 50% do produto da arrecadação do IPVA, independentemente do local de licenciamento do veículo.

169 Caso Maurício realize pedido administrativo de restituição do IPVA pago, não será interrompido o prazo prescricional para eventual ação judicial com a mesma finalidade.

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

170 A contribuição financeira devida pela exploração de recursos minerais é receita pública originária dos entes públicos e não está submetida ao regime jurídico tributário.

171 Em operação de fornecimento de bens entre consumidor final não contribuinte localizado no Rio de Janeiro e estabelecimento fornecedor localizado no Espírito Santo, será devido o ICMS integralmente ao estado do Rio de Janeiro, com base apenas na alíquota interna desse estado.

172 Viola a Constituição Federal de 1988 a cobrança de ICMS sobre serviços de fornecimento de água potável por empresas concessionárias de serviço público.

173 A Constituição Federal de 1988 admite expressamente a progressividade das alíquotas da contribuição previdenciária do regime próprio de seguridade social dos servidores públicos.

174 O serviço público de coleta domiciliar de lixo pode ser financiado pela cobrança de taxa.

175 É compatível com a Constituição Federal de 1988 a cobrança de taxa municipal em virtude do serviço de combate a incêndios prestado pelo Corpo de Bombeiros Militar.

176 Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais, por consistirem em serviços delegados do poder público, não ensejam a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

Com relação aos crimes contra a administração pública, julgue os itens subsequentes.

177 A causa de aumento de pena incidente sobre agente de crime contra a administração pública que seja ocupante de cargo em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta é aplicável também ao chefe do Poder Executivo, detentor de mandato eletivo.

178 O crime de concussão se consuma com a obtenção da vantagem indevida pelo servidor público.

179 Servidor público que, violando dever funcional, facilite a prática de contrabando responderá como partícipe pela prática desse crime.

180 A oposição manifestada pelo indivíduo, mediante resistência passiva, sem o uso da violência, contra ordem emanada por autoridades policiais que pretendessem levá-lo à delegacia, sem que houvesse flagrante, é suficiente para caracterizar o delito de resistência.

181 O tipo penal do crime de desacato é imputável a servidor público no exercício de suas funções.

No que se refere aos crimes em espécie, julgue os itens que se seguem.

182 Indivíduo que patrocine diretamente interesse privado na administração pública, dando causa à instauração de licitação, cuja invalidação seja decretada pelo Poder Judiciário, responderá pelo crime de advocacia administrativa, previsto no Código Penal.

183 No crime de falsidade ideológica, a forma material do documento é inalterada, sendo falso apenas o conteúdo nele inserido.

184 Chefe do Ministério Público estadual que ordenar aumento de despesa total com pessoal nos últimos sessenta dias do seu mandato poderá responder como sujeito ativo do crime de aumento de despesa total com pessoal.

185 O agente que se tenha apropriado de valor inferior a um salário mínimo ao praticar o crime de peculato poderá ser beneficiado, pelo juiz, com a aplicação do princípio da insignificância.

Considerando aspectos gerais do direito penal brasileiro, julgue os itens subsequentes.

186 Caracteriza o arrependimento eficaz aquele no qual o agente, voluntariamente, repara o dano ou restitui a coisa até o recebimento da denúncia.

187 Nos crimes de falsidade documental, a prescrição só começa a correr na data em que o fato tenha-se tornado conhecido.

188 Não cabe ação penal privada subsidiária da pública se o Ministério Público, em vez de oferecer denúncia, promover o arquivamento do inquérito policial dentro do prazo legal.

Acerca da seguridade social e seus princípios, julgue os itens a seguir.

- 189** A seguridade social constitui um conjunto integrado de ações que visam proteger exclusivamente os trabalhadores que contribuem para o sistema previdenciário.
- 190** O princípio da universalidade de cobertura e do atendimento é próprio da previdência social, de maneira que não se aplica à saúde e à assistência social.
- 191** As autarquias e fundações públicas não participam do custeio do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos a elas vinculados.

Com relação aos regimes próprios de previdência social, julgue os itens que se seguem.

- 192** Todas as unidades da Federação devem instituir um regime próprio de previdência social capaz de promover a proteção social dos seus servidores, independentemente do número de segurados que poderão ser vinculados a esse regime.
- 193** O valor da pensão por morte devido ao(s) dependente(s) de servidor público titular de cargo efetivo falecido no exercício do cargo não poderá ser superior a 50% do valor dos proventos recebidos por ele na data do seu óbito.
- 194** Os regimes próprios de previdência social têm caráter contributivo obrigatório e solidário, sendo financiados com recursos provenientes do ente público que o instituiu e também das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e pensionistas.
- 195** O servidor público com menos de 55 anos de idade aposentado por incapacidade permanente para o trabalho é obrigado a realizar avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições da doença que ensejou a aposentadoria.
- 196** O segurado empregado vinculado ao regime geral de previdência social que recebe salário superior ao teto máximo de contribuição estabelecido para esse regime não está obrigado a se filiar a regime complementar de previdência privada nem a contribuir para este.
- 197** Servidor público titular de cargo efetivo vinculado a um regime próprio de previdência social de qualquer dos entes da Federação não pode se filiar ao regime geral de previdência social na condição de segurado facultativo.

Em cada um dos itens subsequentes é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da seguridade social, da contagem recíproca do tempo de serviço e dos regimes próprios de previdência social.

- 198** A assembleia legislativa de uma unidade da Federação aprovou lei que majorava o percentual da contribuição previdenciária para o custeio dos benefícios de aposentadorias. Nessa situação, o novo percentual de contribuição só pode ser exigido no exercício financeiro seguinte ao da aprovação de tal majoração.
- 199** Ronaldo, depois de ter contribuído por 14 anos para o regime previdenciário de um município do estado X, pediu exoneração em virtude da sua aprovação em concurso para provimento de um cargo público estadual no estado Y. Neste ano, Ronaldo, com 65 anos de idade, completou 23 anos de efetivo exercício no serviço público do estado Y. Nessa situação, embora conte, agora, com apenas 23 anos no serviço público estadual, Ronaldo faz jus a aposentadoria a ser concedida pelo regime próprio de previdência do estado Y, onde exerce sua função.

- 200** Em decorrência da baixa arrecadação das contribuições previdenciárias e dos elevados valores pagos a título de benefícios a seus segurados, o regime previdenciário próprio de um município do estado do Rio de Janeiro tem suportado um déficit previdenciário há alguns meses. Nessa situação, a gestão financeira do referido regime previdenciário não poderá reduzir os valores dos benefícios concedidos a seus segurados, ainda que essa redução seja limitada ao tempo em que o regime permanecer deficitário.

Espaço livre